

A INSTRUÇÃO INTEGRAL

A primeira questão que vamos hoje considerar é esta: Poderá a emancipação das massas operárias ser completa, enquanto a instrução que as massas recebem for inferior aquela que é dada aos burgueses, ou enquanto houver uma classe qualquer em geral, numerosa ou não, mas que, pelo seu nascimento, seja chamada aos privilégios duma educação superior e duma instrução mais completa? Pôr esta questão, não é resolvê-la? Não será evidente que entre dois homens, dotados duma inteligência natural aproximadamente igual, aquele que souber mais, cujo espírito estiver mais aberto para a ciência, e que, tendo compreendido melhor o encadeamento dos fatos naturais e sociais, ou aquilo a que se chama leis da natureza e da sociedade, se aperceberá mais fácil e globalmente do caráter do meio em que vive, — que este se sentirá, digamos, mais livre, que será praticamente mais hábil e mais poderoso do que o outro? Aquele que sabe mais dominará naturalmente aquele que sabe menos; e se existir entre duas classes apenas esta diferença de educação e de instrução, esta diferença produzirá em pouco tempo todas as outras, o mundo humano voltará ao seu estado atual, isto é, será dividido de novo numa massa de escravos e num pequeno número de dominadores, os primeiros trabalhando, como hoje, para os segundos.

Compreende-se agora por que é que os socialistas burgueses pedem apenas *alguma* instrução para o povo, um pouco mais do que tem atualmente, e nós, democratas-socialistas, exigimos para o povo a *instrução integral*, toda a instrução, tão completa quanto o permite a capacidade intelectual do século, a fim de que acima das massas, não possa existir nenhuma classe que saiba mais do que eles, que os possa dominar e explorar. Os socialistas burgueses pretendem manter as classes, devendo cada uma de-

las, segundo eles, desempenhar uma diferente função social, uma, por exemplo, a ciência e a outra o trabalho manual; e nós, pelo contrário, queremos a abolição definitiva das classes, a unificação da sociedade, e a igualização econômica e social de todos os seres humanos que habitam a terra. Eles queriam, conservando-as, minorar, adocicar e embelezar a desigualdade e a injustiça, as bases históricas da sociedade atual, e nós, queremos destruí-las. Donde resulta obviamente a impossibilidade de qualquer entendimento, conciliação ou mesmo coligação entre nós e os socialistas burgueses.

Mas, dir-se-á, e é o argumento que se nos opõe mais frequentemente e que todos os Senhores doutrinários de todas as cores consideram irresistível, é impossível que toda a humanidade se dedique à ciência; morreria de fome. É necessário que, enquanto uns estudam, outros trabalhem, a fim de produzirem os objetos necessários à vida, para eles próprios antes de mais, e depois para todos os homens que se dedicam exclusivamente aos trabalhos intelectuais; porque os homens não trabalham apenas para si próprios: as suas descobertas científicas para além de alargarem o espírito humano, aplicando-se à indústria e à agricultura, e, em geral, à vida política e social, não melhoram as condições de todos os seres humanos, sem exceção? As suas criações artísticas não enobrecerão a vida de todo o mundo?

Não, evidentemente que não. E o maior reparo que temos a fazer à ciência e à arte, é precisamente por repartir os seus resultados apenas com uma parte mínima da sociedade, excluindo, e por consequência desprezando, a esmagadora maioria. Podemos dizer hoje dos progressos da ciência e das artes aquilo que se disse já com tanta razão do desenvolvimento prodigioso da indústria, do comércio, do crédito, da riqueza social, em resumo, nos países mais civilizados do mundo moderno. Esta riqueza é absolutamente exclusiva, e tende a ser cada vez mais, concentrando-se sempre num pequeno número de mãos e rejeitando os estratos inferiores da classe média, a pequena-burguesia, o proletariado, de tal modo que o desenvolvimento dessa riqueza está na razão direta da miséria crescente das massas trabalhadoras. Donde resulta que o abismo que separa já a minoria feliz e privilegiada dos milhões de trabalhadores que a mantém com o trabalho dos seus braços, alarga-se cada vez mais, e que quanto mais os eleitos, os exploradores do trabalho popular, são felizes, mais

infelizes se tornam os trabalhadores. Comparemos apenas a opulência fabulosa do grande mundo aristocrático, financeiro, comercial e industrial da Inglaterra, e a situação miserável dos operários desse mesmo país: releia-se a carta, tão ingênua e tão dilacerante escrita ultimamente por um inteligente e honesto ourives de Londres, Walter Dungan, que acaba de se envenenar voluntariamente com a sua mulher e os seus seis filhos, apenas para escapar à humilhação da miséria e às torturas da fome, e seremos obrigados a reconhecer que esta tão louvada civilização não é, sob o ponto de vista material, mais do que opressão e ruína do povo.

O mesmo se passa com os modernos progressos da ciência e das artes. Os progressos são imensos! Sim, é verdade. Mas quanto mais imensos são, mais se tornam causa de escravatura intelectual, e por consequência também material, causa de miséria e de inferioridade para o povo; porque cada vez mais se alarga o abismo que separa já a inteligência popular das classes privilegiadas. A primeira, sob o ponto de vista da capacidade natural, é hoje, evidentemente, menos sensível, menos aproveitada, menos sofisticada e menos corrompida pela necessidade de defender interesses injustos, e por consequência é naturalmente mais poderosa do que a inteligência burguesa; mas, por outro lado, esta última tem do seu lado todas as armas da ciência, e essas armas são formidáveis. Acontece muito frequentemente um operário extraordinariamente inteligente ser forçado a calar-se perante um sábio idiota que o bate, não pela inteligência porque a não possui, mas pela instrução, de que o operário foi privado, e que ele pode receber, porque enquanto a sua idiotice se desenvolvia cientificamente nas escolas, o trabalho do operário vestia, alojava, alimentava e fornecia-lhe todas as coisas, professores e livros necessários à sua instrução.

O grau de ciência de que cada um dispõe não é igual, mesmo dentro da classe burguesa, sabemos bem. Também aí existe uma escala, determinada não pela capacidade dos indivíduos, mas pela maior ou menor riqueza do estrato social em que nasceu; por exemplo, a instrução que recebem os filhos da pequena-burguesia, muito pouco superior àquela que os operários conseguem obter, é praticamente nula se a compararmos com a que recebe a alta e média burguesia. Que vemos nós então? A pequena-burguesia, que não está atualmente ligada à classe média

senão por uma vaidade ridícula por um lado, e, por outro, pela dependência em que vive dos grandes capitalistas, encontra-se na maior parte das vezes numa situação mais miserável e muito mais humilhante ainda do que o próprio proletariado. Assim, quando falamos de classes privilegiadas, nunca incluímos essa pobre pequena-burguesia, que, se tivesse um pouco mais de espírito e de coração, não tardaria em vir juntar-se a nós, para combater a média e grande burguesia que não a esmaga menos do que o faz ao proletariado. E se o desenvolvimento económico da sociedade continuasse nesta direção ainda durante uma dúzia de anos, o que nos parece completamente impossível, veríamos ainda a maior parte da média burguesia cair na situação atual da pequena-burguesia primeiro, para ir mais tarde cair no proletariado, sempre graças a essa concentração fatal (da riqueza) num número de mãos cada vez menor; o que teria como inevitável resultado a definitiva divisão do mundo social numa pequena minoria excessivamente opulenta, sábia, dominante, e numa esmagadora maioria de proletários miseráveis, ignorantes e escravos.

Trata-se dum fato que deve sensibilizar todos os espíritos conscienciosos, todas as que desejam dignidade humana, justiça, isto é, a liberdade de cada um na igualdade e pela igualdade de todos. É que todas as invenções da inteligência, todas as grandes aplicações da ciência à indústria, ao comércio e de um modo geral à vida social, só beneficiaram até hoje as classes privilegiadas, assim como o poder dos Estados, esses eternos protetores de todas as iniquidades políticas e sociais, e nunca as massas populares. Basta nomear as máquinas para que todos os operários e todos os partidários sinceros da emancipação do trabalho nos dêem razão. Através de que força se mantém ainda hoje as classes privilegiadas com toda a sua felicidade insolente e todos os seus gozos iníquos, contra a indignação tão legítima das massas populares? Será através duma força que lhes é inerente? Não, é unicamente através da força do Estado, em que os seus filhos, aliás, desempenham hoje, como sempre o fizeram, todas as funções dominantes, e mesmo todas as funções médias e inferiores, menos as dos trabalhadores e dos soldados. E o que é que constitui hoje em dia a principal força dos Estados? É a ciência.

Sim, é a ciência. Ciência de governo, de administração e

ciência financeira; ciência de tosquiar os rebanhos populares sem os fazer gritar demasiado, de os manter constantemente numa salutar ignorância, a fim de que jamais possam, pela solidariedade e pela união dos seus esforços, criar uma força capaz de os derrubar (1); ciência militar, antes de mais, com todas as suas armas aperfeiçoadas, e os seus formidáveis instrumentos de destruição que "são uma maravilha" (2); ciência do gênio, enfim, a que criou os barcos a vapor, as estradas de ferro e os telégrafos; as estradas de ferro que, utilizadas pela estratégia militar, decuplicam o poder defensivo e ofensivo dos Estados; e os telégrafos, que, transformando cada governo num Briaréu com cem, com mil braços, dão-lhe a possibilidade de estar presente, de agir e de tomar conhecimento de tudo, criam a centralização política mais formidável que já alguma vez existente no mundo.

Quem pode então negar que todos os progressos da ciência, sem exceção, sempre serviram para aumentar a riqueza das classes privilegiadas e o poder dos Estados, em detrimento do bem-estar e da liberdade das massas populares, do proletariado? Mas, objetarão, será que as massas operárias não usufruem deles também? Não são elas mais civilizadas no nosso século do que eram nos séculos anteriores?

A isto responderemos com uma observação de Lassalle, o célebre socialista alemão. Para avaliar os progressos das massas operárias, do ponto de vista da sua emancipação política e social, não se pode comparar o seu nível intelectual nos séculos passados. É necessário considerar se, a partir de uma determinada época, tendo sido constatada a diferença que existia então entre elas e as classes privilegiadas, elas progrediram na mesma medida que estas últimas. Porque se houve igualdade nestes dois progressos respectivos, a distância intelectual que as separa hoje do mundo privilegiado será a mesma; se o proletariado progredir mais e mais depressa do que os privilegiados, esta distância será necessariamente diminuída; mas se pelo contrário o progresso do operário é mais lento e por conseguinte menor do que o das classes dominantes, no mesmo espaço de tempo, esta dis-

(1) Os Estados.

(2) Como as espingardas na batalha de Mentana (3 de Nov. de 1867).

tância aumentará; o abismo que as separava teria aumentado, o homem privilegiado teria se tornado mais poderoso, o operário mais dependente, mais escravo do que na época que se tinha tomado como ponto de partida. Se partirmos os dois, à mesma hora, de dois pontos diferentes, tendo você 100 passos de avanço sobre mim; você a 60 passos por minuto, e eu apenas 30, ao fim duma hora, a distância que nos separa não será 100, mas 280 passos.

Este exemplo dá-nos uma idéa correta dos progressos respectivos da burguesia e do proletariado aqui. Os burgueses andaram mais depressa na estrada da civilização do que os proletários, não porque a sua inteligência fosse naturalmente maior do que a destes últimos, — poderia se dizer hoje com toda a propriedade precisamente o contrário, — mas porque a organização econômica e política da sociedade foi tal, até aqui, que só os burgueses se podiam instruir, que a ciência só existiu para eles, e que o proletariado se viu condenado a uma ignorância forçada, de tal modo que se mesmo assim ele avança — e os seus progressos são indubitáveis —, não é graças à sociedade, antes pelo contrário.

Resumindo: Na organização atual da sociedade, os progressos da ciência foram a causa da ignorância *relativa* do proletariado, assim como os progressos na indústria e no comércio foram a causa da sua miséria *relativa*. Tanto os progressos intelectuais como materiais contribuíram, pois, para aumentar a sua escravidão. O que é que daqui resulta? Que devemos rejeitar e combater *esta* ciência burguesa, do mesmo modo que devemos rejeitar e combater a riqueza da burguesia. Combatê-las e rejeitá-las no sentido de, ao destruir a ordem social que delas faz patrimônio de uma ou de várias classes, as reivindicar como bem comum de todo o mundo.

(L'Egalité. N. 28. 31 de julho de 1869)

II

Demonstramos que, enquanto houver dois ou mais graus de instrução para os diferentes estratos da sociedade, haverá neces-

sariamente classes, isto é, privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de eleitos, e escravidão e miséria para a maioria.

Membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, nós queremos a Igualdade, e, porque a queremos, devemos querer também a instrução integral, igual para toda a gente.

Mas se toda a gente for instruída, quem quererá trabalhar? perguntam. A nossa resposta é simples: *toda a gente deve trabalhar e toda a gente deve receber instrução*. Responde-se a isto muito frequentemente que esta mistura entre trabalho industrial e trabalho intelectual só é possível em detrimento de ambos: os trabalhadores serão maus sábios e os sábios nunca passarão de maus trabalhadores. Isto é verdade na sociedade atual, onde tanto o trabalho manual como o trabalho intelectual são deformados pelo isolamento absolutamente artificial a que ambos foram condenados. Mas estamos convencidos de que o homem vivo e completo, cada uma destas duas atividades, muscular e nervosa, deve ser igualmente desenvolvida e que, longe de se anularem mutuamente, cada uma delas deve apoiar, alargar e reforçar a outra; a ciência do sábio se tornará mais fecunda, mais útil e mais vasta quando o sábio deixar de ignorar o trabalho manual, e o trabalho do operário instruído será mais inteligente e por conseguinte mais produtivo do que o do operário ignorante.

Donde se conclui que, no próprio interesse tanto do trabalho como da ciência, é necessário que não haja mais operários nem sábios, mas apenas homens.

Daqui resulta que os homens que, pela sua inteligência superior, estão hoje empenhados exclusivamente no mundo da ciência e que uma vez inseridos nesse mundo, cedendo à necessidade de manterem uma posição completamente burguesa, canalizam todas as suas invenções para a utilização exclusiva da classe privilegiada de que eles próprios fazem parte, — que esses homens, uma vez tornados solidários com todo o mundo, solidários não na imaginação nem em palavras apenas, mas na prática, pelo trabalho, canalizarão todas as suas descobertas e as aplicações da ciência em proveito de todo o mundo, e, antes de mais, do melhoramento e enobrecimento do trabalho, a única base real e legítima da sociedade humana.

É possível e mesmo muito provável que no período de tran-

sição mais ou menos longo que sucederá naturalmente à grande crise social, as ciências mais avançadas desçam abaixo do seu nível atual; como é indubitável que o luxo e tudo o que constitui os requintes da vida, deverá desaparecer durante muito tempo, para só reaparecer, não como usufruto exclusivo mas como enobrecimento da vida de toda a gente, logo que a sociedade tenha conquistado o necessário à vida de todos. Mas será este eclipse temporário da ciência superior a uma grande desgraça? Aquilo que perderá em elevação sublime, ganhará no alargamento da sua base? Sem dúvida, haverá menos sábios ilustres, mas ao mesmo tempo muitíssimo menos ignorantes. Deixará de haver homens que tocam os céus, mas, em contrapartida, milhões de homens hoje aviltados, esmagados, caminharão humanamente na terra: nem semi-deuses, nem escravos. Os semi-deuses e os escravos se humanizarão simultaneamente, uns descendo um pouco, os outros subindo muito. Deixará então de haver lugar quer para o endeusamento quer para o desprezo. Todos se darão as mãos e, uma vez unidos, caminharão com renovado entusiasmo para novas conquistas, tanto na ciência como na vida.

Longe, portanto, de evitar esse eclipse, aliás, absolutamente momentâneo, da ciência, nós o desejamos com todas as forças, uma vez que dele resultará uma humanização tanto dos sábios como dos trabalhadores, uma reconciliação da ciência e da vida. E estamos convencidos de que uma vez conquistada essa nova base, os progressos da humanidade, tanto na ciência como na vida, depressa ultrapassarão tudo o que até agora se viu e tudo o que é hoje possível imaginar.

Mas eis que outra questão se põe: *Serão todos os indivíduos igualmente capazes de alcançarem o mesmo grau de instrução?* Imaginemos uma sociedade organizada segundo o modo mais igualitário e em que todas as crianças tenham, desde que nascem, o mesmo ponto de partida, tanto sob o ponto de vista político, como econômico e social. Isto é, tenham absolutamente o mesmo sustento, a mesma instrução, a mesma educação; não haverá, entre esses milhões de pequenos indivíduos, um sem número de diferenças de energia, de tendências naturais de aptidões?

É este o grande argumento dos nossos adversários, burgueses puros e socialistas burgueses. Julgam-no irrefutável. Provêmos-lhes o contrário. Antes de mais, com que direito se ba-

sejam eles no princípio das capacidades individuais? Haverá na sociedade tal como ela está, para o desenvolvimento dessas capacidades? Poderá haver lugar para o desenvolvimento dessas capacidades numa sociedade baseada no direito de herança? Evidentemente que não, porque, enquanto houver heranças, e desenvolvimento das crianças não será nunca o resultado das suas energias e das suas capacidades individuais; estará dependente da fortuna, da riqueza ou da miséria das suas famílias. Os herdeiros ricos, mas estúpidos, receberão uma instrução superior; as crianças mais inteligentes do proletariado continuarão a receber como herança a ignorância, tal como hoje acontece. Não será pois uma hipocrisia falar em desenvolvimento das capacidades individuais não só na sociedade atual, mas também em vista duma sociedade reformada, que continuaria a ter por base a propriedade privada e o direito de herança? Não será uma mentira infame falar em desenvolvimento das capacidades individuais, nestas circunstâncias?

Fala-se hoje muito em liberdade individual, mas no entanto aquilo que domina, não é o ser humano, o indivíduo em geral; é o indivíduo privilegiado pela sua posição social, é a posição; é a classe. Que um indivíduo inteligente da burguesia ouse apenas levantar uma mão contra os privilégios econômicos dessa respeitável classe, e veremos quantos desses bons burgueses, que só falam em liberdade individual, respeitarão a dele! Venham-nos então falar em liberdades individuais! Não vemos nós todos os dias os indivíduos mais inteligentes entre operários e burgueses serem obrigados a cederem e a rebaixarem-se diante da estupidéz dos herdeiros do bezerro de ouro? As liberdades individuais, não privilegiadas mas humanas; as capacidades reais dos indivíduos só poderão ser plenamente desenvolvidas em igualdade completa. Só quando houver *igualdade desde o início* para todos os homens em cima da terra, só então — salvaguardando os superiores direitos da solidariedade, que é e continuará a ser a principal base de toda a vida social: inteligência humana e bens materiais — se poderá dizer que todo o indivíduo é fruto do seu próprio esforço. Donde concluímos que, para que as capacidades individuais prosperem e não sejam mais impedidas de darem todos os seus frutos, é necessário, antes de mais nada, que todos os privilégios individuais, tanto políticos como econômicos, isto é, das as classes, sejam abolidos. — É necessário que desapareça a

propriedade individual e o direito de herança, é necessário que a igualdade econômica, política e social triunfe.

Mas, uma vez triunfante e seguramente estabelecida a igualdade, não continuarão a existir diferenças de capacidade e de graus de energia nos diferentes indivíduos? Continuarão, não tanto como hoje, mas continuarão sem dúvida. Existe uma verdade do passado, em provérbio, e que provavelmente nunca deixará de ser verdade: não há árvore que tenha duas folhas iguais. Com muito mais razão será verdade para os homens que são muito mais complexos do que as folhas. Mas esta diversidade, longe de ser um mal, é, pelo contrário, como muito bem observou o filósofo alemão Feuerbach, uma riqueza da humanidade. A humanidade é, graças a ela, um todo coletivo, em que cada um completa o todo, e dele necessita; essa infinita diversidade é, assim, a principal causa e fundamento da solidariedade entre os seres humanos, um poderoso argumento a favor da igualdade.

No fundo, mesmo na sociedade atual, se retirarmos duas categorias de homens, os homens de gênio e os idiotas, e se abstrairmos das diferenças criadas artificialmente pela influência de milhares de causas sociais, tais como a educação, a instrução, a posição econômica e política, que diferem não só de estrato para estrato, como de família para família, é necessário reconhecer que, do ponto de vista das capacidades intelectuais e da força moral, a esmagadora maioria dos homens parecem-se muito uns com os outros ou, pelo menos, equivalem-se — uma fraqueza sob determinado ângulo — de tal modo que se torna quase impossível dizer se um homem tirado dessa imensa massa está acima ou abaixo de um qualquer outro. A imensa maioria dos homens não são idênticos, mas equivalentes e, por consequência, iguais. O argumento dos nossos adversários só serve, portanto, para os homens de gênio e para os idiotas.

O idiotismo, como se sabe, é uma doença psicológica e social. Deve, portanto, ser tratado, não nas escolas, mas nos hospitais, e é legítimo esperar que a introdução de uma higiene social mais racional e sobretudo mais cuidada da saúde física e moral dos indivíduos do que a atual, e a organização igualitária da nova sociedade, acabem por fazer desaparecer completamente da superfície da terra essa doença tão humilhante para a espécie humana. Quanto aos homens de gênio, é necessário sublinhar que felizmente ou infelizmente, como se queira, eles nunca apa-

receram na história senão como raríssimas exceções a todas as regras conhecidas, e as exceções não se organizam. Esperemos, no entanto, que a futura sociedade encontre, na organização realmente democrática e popular da sua força coletiva, meios de tornar os grandes gênios menos necessários, menos esmagadores e realmente mais benéficos para toda a gente. Porque é preciso não esquecer nunca o profundo pensamento de Voltaire: "Há quem tenha mais gênio que os grandes gênios, é toda a gente". Trata-se, pois, apenas de organizar essa *toda a gente* através da mais completa liberdade baseada na maior igualdade econômica, política e social, para que não haja nada a temer das veleidades ditatoriais e da ambição despótica dos homens de gênio.

Quanto a produzir homens de gênio através da educação, nem vale a pena pensar nisso. Aliás, de todos os homens de gênio conhecidos, nenhum ou quase nenhum se revelou como tal na sua infância, nem na sua adolescência, nem mesmo na primeira juventude. Só se mostraram tais como eram na idade madura, e muitos só depois da morte se revelaram, ao passo que muitos grandes homens falhados, que tinham sido reconhecidos na sua juventude como homens superiores, acabaram as suas carreiras na mais completa nulidade. Não é pois nunca na infância, ou mesmo na adolescência, que se pode determinar as superioridades ou inferioridades relativas dos homens, nem o grau das suas capacidades, nem as suas tendências naturais. Todas as coisas se manifestam e se determinam através do desenvolvimento dos indivíduos, e, como há características precoces e outras muito lentas, ainda que quase nunca inferiores e muitas vezes superiores, é evidente que nenhum professor poderá jamais prever a carreira e o tipo de ocupação que as crianças terão quando chegarem à idade da liberdade.

Donde resulta que a sociedade, independentemente das diferenças reais ou fictícias de aptidões e capacidades de cada um, e não tendo qualquer meio para determinar, nem o direito de fixar a futura carreira das crianças, tem por obrigação dar a todos, sem exceção, *uma educação e uma instrução absolutamente iguais*.

(L'Egalité, N. 29, 7 de Agosto de 1869)

III

A instrução a todos os graus deve ser igual para todos, e por conseguinte, deve ser integral, isto é, deve preparar todas as crianças de ambos os sexos tanto para a vida do espírito como do trabalho, a fim de que todos se possam tornar pessoas completas.

A filosofia positiva, ao destruir as fábulas religiosas e os sonhos da metafísica, permite-nos antever qual deverá ser, no futuro, a instrução científica. Ela deverá ter por base o conhecimento da natureza, e por cúpula a sociologia. O ideal, deixando de ser o denominador e o violador da vida, como sempre tem sido em todos os sistemas metafísicos e religiosos, não será doravante mais do que a última e mais bela expressão do mundo real. Deixando de ser um sonho, tornar-se-á ela própria uma realidade.

Uma vez que não há inteligência, seja ela qual for, que possa abarcar na especialidade todas as ciências, e que, por outro lado, é absolutamente necessário ao completo desenvolvimento do espírito, um conhecimento geral de todas elas, o ensino deverá dividir-se, naturalmente, em duas partes: a geral, que fornecerá os principais elementos de todas as ciências, sem exceção, bem como um conhecimento, não superficial, mas real, do seu conjunto; e a especial, necessariamente dividida em vários grupos ou faculdades, em que cada uma abrangerá em toda a sua especialidade um certo número de ciências que, pela sua própria natureza, são particularmente chamadas a completarem-se.

A primeira parte, a geral, será obrigatória para todas as crianças; constituirá, se assim se pode dizer, a educação humana do seu espírito, substituindo totalmente a metafísica e a teologia, situando, ao mesmo tempo, as crianças a um nível suficientemente elevado para que, uma vez chegadas à adolescência, possam escolher com perfeito conhecimento de causa a faculdade que melhor convirá às suas aptidões e gostos particulares.

Dar-se-á com certeza o caso de, ao escolherem as suas especialidades científicas, os adolescentes, influenciados por qualquer motivo secundário, interior ou exterior, se enganarem e optarem por uma faculdade e por uma carreira que não serão precisamente aquelas que melhor se adaptariam às suas aptidões. Mas como nós somos, nós, partidários, não hipócritas mas sinceros

da *liberdade individual*; como, em nome dessa liberdade, nós detestamos profundamente o princípio da autoridade bem como todas as possíveis manifestações desse divino princípio, anti-humano; como nós detestamos e condenamos, com todo o nosso profundo amor pela liberdade, a autoridade paternal bem como a do mestre escola; como as consideramos igualmente desmoralizantes e funestas, e como a experiência de todos os dias nos mostra que tanto o pai de família como o mestre escola, apesar da sua obrigatoria e proverbial sabedoria, e precisamente por causa disso, se enganam sobre as capacidades das suas crianças mais facilmente do que elas próprias, e que, segundo esta lei absolutamente humana, incontestável, fatal, de que todo aquele que domina está sempre sujeito a abusar, os mestres escola e os pais de família, ao determinarem arbitrariamente o futuro das crianças, interrogam muito mais os seus próprios gostos do que as tendências naturais das crianças; como, em resumo, as faltas cometidas pelo despotismo são sempre mais funestas e menos reparáveis do que as cometidas pela liberdade, sustentamos total e plenamente, contra todos os tutores oficiais, officiosos, paternos e pedantes do mundo, a liberdade das crianças escolherem e determinarem a sua própria carreira.

Se se enganarem, o próprio erro cometido lhes servirá de lição eficaz para o futuro, e a instrução geral que terão recebido, ao servir-lhes de ponto de referência, lhes permitirá facilmente voltar ao caminho que a própria natureza lhes aponta.

Tanto as crianças como os homens maduros, não se tornam sábios senão através da sua própria experiência, e nunca pela dos outros.

Na instrução integral, paralelamente ao ensino científico ou teórico, deverá existir necessariamente o ensino industrial ou prático. Só assim será possível formar um homem completo: o trabalhador que compreende e que sabe.

O ensino industrial, tal como o ensino científico, dividir-se-á também em duas partes: conhecimentos gerais, que darão às crianças as idéias gerais e o próprio conhecimento prático de todas as indústrias, que constituem a civilização no aspecto material, a totalidade do trabalho humano; e a parte especial, dividida em grupos de indústrias mais especificamente ligadas entre si.

O ensino geral deve preparar os adolescentes para escolhe-

rem livremente o grupo especial de indústrias, e, dentro destas últimas, a indústria em particular de que mais gostam. Uma vez entradas nessa segunda fase do ensino industrial, farão, sob a direção dos seus professores, a primeira aprendizagem do trabalho sério.

Paralelamente ao ensino científico e industrial, haverá necessariamente um ensino prático, ou melhor, uma sucessão de experiências de moral, não divina, mas humana. A moral divina baseia-se nestes dois princípios imorais: o respeito pela autoridade e o desprezo pela humanidade. A moral humana, pelo contrário, funda-se no desprezo pela autoridade e no respeito pela liberdade e pela humanidade. A moral divina considera o trabalho como uma degradação e uma humilhação; a moral humana vê nela a condição suprema da felicidade e dignidade humanas. A moral divina conduz, necessariamente à política que só reconhece direitos aqueles que, devido à sua situação econômica privilegiada, podem viver sem trabalhar. A moral humana, só diz respeito àqueles que trabalham; ela considera que só pelo trabalho o homem se torna homem.

A educação das crianças, tendo como ponto de partida a autoridade, deve gradualmente conduzir à mais completa liberdade. Nós entendemos a liberdade, do ponto de vista positivo, o pleno desenvolvimento de todas as faculdades que o homem possui; e, do ponto de vista negativo, a inteira independência da vontade de cada um face aos outros.

O homem não é nem nunca será livre relativamente às leis naturais e sociais; as leis que assim dividimos em duas categorias por questão metodológica, fazem parte, na realidade, duma mesma categoria, porque ambas são leis naturais, fatais e que constituem a própria base de toda a existência, de tal modo que todo e qualquer ser vivo que contra elas se revolte mais não tem a fazer do que suicidar-se.

Mas é preciso distinguir bem estas leis naturais das leis autoritárias, arbitrarias, políticas, religiosas, criminais e civis, que as classes privilegiadas estabeleceram na história, sempre com vista a explorar o trabalho das massas operárias, com o único fim de lhes cortar a liberdade, e que, sob pretexto dessa fictícia moral, sempre foram fonte da mais profunda imoralidade. Assim, obediência involuntária e fatal a todas as leis que, independentes de qualquer vontade humana, são a própria vida da natu-

reza e da sociedade; mas também absoluta independência de cada um relativamente a todas as pretensões de comando, relativamente a todas as vontades humanas, tanto coletivas como individuais, que queiram impor, não a sua natural influência, mas a sua lei.

Quanto a influência natural que os homens exercem uns sobre os outros, trata-se ainda duma dessas condições da vida social contra as quais a revolta seria tão inútil como impossível. Esta influência é a própria base material; intelectual e moral, da solidariedade humana. O ser humano, produto da solidariedade ou da sociedade, ao estar submetido às suas leis naturais, pode perfeitamente, sob a influência de sentimentos vindos do exterior, e nomeadamente de uma sociedade estrangeira, reagir contra ela até um certo ponto, mas nunca dela será capaz de sair se não se situar imediatamente num outro meio solidário e sem dele receber novas influências. Porque, para o homem, a vida fora de toda e qualquer sociedade ou influência humana, num absoluto isolamento, é a morte intelectual, moral e também material. A solidariedade é, não o produto, mas a origem da individualidade, e a personalidade humana não pode nascer nem desenvolver-se senão na sociedade humana.

O conjunto das influências sociais dominantes, expresso pela consciência solidária e geral de um grupo humano mais ou menos extenso, tem o nome de *opinião pública*. E quem não conhece a ação toda-poderosa exercida pela opinião pública sobre todos os indivíduos? A ação das leis restritivas mais draconianas é nula comparando-a com ela. É portanto a opinião pública a educadora dos homens por excelência; donde resulta que, para moralizar (1) os indivíduos, é preciso moralizar antes de mais a própria sociedade, é preciso humanizar a sua opinião ou a sua consciência pública.

(L'Egalité, N. 30, 14 de Agosto de 1869)

(1) O termo "moralizar" (no original *moraliser*) significa tão só, como se verá no decorrer do texto, *transmitir uma nova moral*, a humana, segundo o próprio Bakunine, razão porque se optou por ele, e não por *consciencializar*, como por vezes poderia parecer.

Para moralizar os homens, como dissemos, é necessário moralizar o meio social.

O socialismo, baseado na ciência positiva, recusa absolutamente a doutrina do *livre arbitrio*; considera que tudo aquilo a que se chama vícios e virtudes dos homens mais não é do que o produto da ação combinada da natureza propriamente dita e da sociedade. A natureza, enquanto atividade etnográfica, fisiológica e patológica, criou as forças e as tendências a que damos o nome de naturais, e a organização social desenvolve-as, trava-as ou altera o seu movimento. Todos os indivíduos, sem exceção, são em todos os momentos da sua vida o resultado da natureza e da sociedade.

A ciência estatística só é possível graças a esta *fatalidade* natural e social. Esta ciência não se contenta em constatar e enumerar os fatos sociais, procura o seu encadeamento e relações com a organização da sociedade. A estatística criminal, por exemplo, constata que num país, numa mesma cidade, durante um período de 10, de 20, de 30 anos ou mais, caso nenhuma crise social e política transforme as disposições da sociedade, o mesmo crime ou o mesmo delito é cometido todos os anos, mais ou menos, na mesma proporção; e o que é ainda mais notável, o seu modo de perpetração renova-se tantas vezes num como noutro ano; por exemplo, o número de envenenamentos, de homicídios com o ferro ou com armas de fogo, bem como o número de suicídios por tal ou tal meio, são quase sempre os mesmos. O que levou o célebre estatístico belga, M. Quételet, a dizer estas palavras memoráveis: "A sociedade prepara os crimes e os indivíduos apenas os executam".

Esta verificação periódica dos mesmos fatos sociais não poderia ter lugar, se as disposições intelectuais e morais dos homens, bem como os atos da sua vontade, tivessem por origem o livre arbitrio. Ou a expressão livre arbitrio não tem sentido, ou então significa que o indivíduo se determina espontaneamente, por si só, fora de qualquer influência exterior, natural ou social. Mas se assim fosse, se todos os homens pudessem por si próprios existir no mundo uma enorme anarquia; qualquer tipo de solidariedade seria possível, e todos esses milhões de vontades, ab-

solutamente independentes umas das outras, limitando-se mutuamente, tenderiam a autodestruírem-se e acabariam mesmo por o fazer, se não houvesse acima delas a despótica vontade da divina providência, que "condicionaria o sem movimento", e que, aniquilando-as todas ao mesmo tempo, imporia a essa humana confusão a ordem divina.

E eis que os partidários do princípio do livre arbítrio são levados fatalmente pela lógica a reconhecerem a existência e a ação da divina providência. É a base de todas as doutrinas teológicas e metafísicas, um magnífico sistema que há já muito se juntou à consciência humana, e que, do ponto de vista da reflexão abstrata ou da imaginação religiosa e poética, vista de longe, parece de fato plena de harmonia e de grandeza. Só é pena que a realidade histórica que correspondeu a esse sistema sempre tenha sido horrível, e que o próprio sistema não possa suportar a crítica científica.

Com efeito, é sabido que enquanto o direito divino reinou sobre a terra, a imensa maioria dos homens foi brutal e impiedosamente explorada, atormentada, oprimida e dizimada; é também sabido que ainda hoje é sempre em nome da divindade teológica ou metafísica que se faz esforço por manter as massas populares na escravidão; e não pode ser de outro modo, porque, uma vez que é uma divina vontade que governa o mundo, tanto a natureza como a sociedade humana, a liberdade humana é absolutamente anulada. A vontade do homem é necessariamente impotente perante a divina vontade. O que é que daqui resulta? É que ao pretender defender a liberdade abstrata ou fictícia dos homens, o livre arbítrio, fica-se obrigado a negar a sua liberdade real. Em presença da onipotência e da onipresença divinas, o homem é um escravo. Uma vez que a liberdade do homem em geral foi destruída pela providência divina, só resta o privilégio, isto é, os direitos especiais concedidos pela divina graça a um determinado indivíduo, hierarquia, dinastia e classe.

Por outro lado, a providência divina torna impossível toda e qualquer ciência, o que quer dizer que é simplesmente a negação da razão humana, ou então, se a reconhecemos, é necessário renunciar ao bom-senso. Desde o momento em que o mundo é governado pela vontade divina, torna-se desnecessário procurar o encadeamento natural dos fatos, considerando-os uma série de

manifestações dessa vontade suprema, cujas determinações, como diz a sagrada Escritura, são e devem continuar a ser impetráveis para a razão humana, sob pena de perderem o seu caráter divino. A divina providência não é apenas a negação de toda a lógica humana, mas da própria lógica em geral, porque toda a lógica implica uma necessidade natural, e esta necessidade seria contrária à divina liberdade; é, do ponto de vista humano, o triunfo da negação do bom-senso. Aqueles que pretendam crer devem renunciar tanto à liberdade como à ciência, e, ao se deixar explorar, espesinhar pelos privilegiados do Bom Deus, devem repetir com Tertullien: "Eu acredito no que é absurdo (1)", acrescentando esta outra expressão, tão lógica como a primeira: "Eu quero a iniquidade".

Quanto a nós, que renunciamos voluntariamente às felicidades do outro mundo, e que reivindicamos o triunfo total da humanidade sobre esta terra, reconhecemos humildemente que não entendemos absolutamente nada da lógica divina, e que nos contentaremos com a lógica humana baseada na experiência e no conhecimento do encadeamento dos fatos, tanto naturais como sociais.

Esta experiência acumulada, coordenada e refletida a que chamamos ciência, demonstra-nos que o livre arbítrio é uma ficção impossível, contrária à própria natureza das coisas; aquilo a que se chama vontade mais não é do que o produto do exercício duma faculdade nervosa, tal como a nossa força física mais não é do que o produto do exercício dos nossos músculos, e por consequência tanto uma como outra são produtos da vida natural e social, isto é, das condições físicas e sociais em que cada indivíduo nasceu, e dentro das quais continua a desenvolver-se; e repetimos que qualquer homem, em cada momento da sua vida, é o produto da ação combinada da natureza e da sociedade, donde resulta claramente a verdade que havíamos enunciado no número anterior; para moralizar os homens, é necessário moralizar o seu meio social.

Para o moralizar, existe apenas um meio, o de fazer triunfar a justiça, isto é, a mais completa liberdade (2) de cada um, na

(1) A frase real é: "Eu creio porque é absurdo" — "Credo quia absurdum".

(2) Já dissemos aquilo que entendemos por liberdade: por

mais perfeita igualdade de todos. A desigualdade de condições e de direitos, a ausência de liberdade para cada um, que dela resulta necessariamente, é a grande iniquidade coletiva, que dá origem a todas as iniquidades individuais. Suprime-a, e todas as outras desaparecerão.

Tememos que, devido à pouca solicitude dos homens privilegiados em se deixarem moralizar, ou, o que quer dizer o mesmo, em se deixarem igualizar, só através da revolução social seja possível efetivar o triunfo da justiça. Deixando isso, por ora, para trás, nos limitaremos a proclamar mais uma vez essa verdade, aliás evidente, que enquanto o meio social não se moralizar, a moralização dos indivíduos será impossível.

Para que os homens sejam morais, isto é, homens completos no sentido mais lato do termo, são necessárias três coisas: um nascimento higiênico, uma instrução racional e integral, acompanhada de uma educação baseada no respeito pelo trabalho, pela razão, pela igualdade e pela liberdade, e um meio social em que cada indivíduo, gozando de plena liberdade, seja realmente, de direito e de fato, igual a todos os outros.

Será que esse meio existe? Não. Portanto, é necessário fundá-lo. Se no meio existente, se conseguisse fundar escolas que dessem aos alunos instrução e uma educação tão perfeitas quanto é possível hoje imaginar, conseguiriam elas criar homens justos, livres, morais? Não, porque, ao sair da escola se encontrariam numa sociedade que é dirigida por princípios absolutamente contrários a essa educação e a essa instrução e, como a sociedade é sempre mais forte do que os indivíduos, não tardaria a dominá-los, isto é, a desmoralizá-los. Mais ainda, a própria fundação de tais escolas é impossível no atual meio social. Porque a vida social abarca tudo, invade as escolas, as vidas das famílias e de todos os indivíduos que dela fazem parte.

Os mestres, os professores, os pais, todos são membros desta sociedade, todos estão mais ou menos embrutecidos e desmoralizados por elas. Como dariam eles aos alunos aquilo que a eles

um lado, o desenvolvimento completo quanto possível de todas as capacidades naturais de cada indivíduo, e por outro, a sua independência, não relativamente às leis naturais e sociais, mas relativamente a todas as leis impostas por outras vontades humanas, sejam coletivas ou isoladas (Nota de Bakunine).

próprios lhes falta? A moral não se prega senão pelo exemplo, e, sendo moral socialista completamente contrária à atual moral, os professores, necessariamente mais ou menos dominados por esta última, fariam diante dos seus alunos precisamente o contrário daquilo que pregariam. Portanto a educação socialista é impossível tanto nas escolas como nas famílias atuais.

Mas a instrução integral é igualmente impossível: Os burgueses não acham de modo algum que os seus filhos devam transformar-se em trabalhadores, e os trabalhadores estão privados de todos os meios que possibilitariam aos seus filhos uma instrução científica.

Gosto muito desses bons socialistas burgueses que passam dias a gritar: "Instruamos primeiro o povo, para emancipá-lo depois". Nós dizemos ao contrário: Que se emancipe primeiro o povo, e ele se instruirá a si próprio. Quem instruirá o povo? Seréis vós? Mas vós não o instruis, vós o envenenais tentando inculcar-lhe preconceitos religiosos, históricos, políticos, jurídicos e econômicos, que garantam a vossa existência contra ele, que, ao mesmo tempo, matam a sua inteligência, fazem crescer a sua indignação e a sua vontade. Esmagando-o com o seu trabalho quotidiano e pela sua miséria, e dizendo-lhe: "Instruí-vos!" Gostaríamos de vos ver a todos, com os vossos filhos, instruindo-vos depois de 13, 14, 16 horas de trabalho embrutecedor, com a miséria e a incerteza do amanhã como recompensa.

Apesar de todo o nosso respeito para com a grande questão da instrução integral, declaramos que tal é hoje a grande questão que se põe ao povo. A primeira questão, é a da sua emancipação econômica, que leva necessariamente à sua emancipação política, e pouco depois à sua emancipação intelectual e moral.

Adotamos, por conseguinte, na totalidade, a resolução votada pelo Congresso de Bruxelas:

"Reconhecendo que é atualmente *impossível organizar um ensino nacional*, o Congresso convida as diferentes seções a estabelecerem cursos públicos seguindo um programa de ensino científico, profissional e produtivo, isto é, um ensino integral, para remediar tanto quanto possível a insuficiência da instrução que os operários recebem atualmente. *Evidentemente que a redução das horas de trabalho é considerada uma condição prévia indispensável*".

Os operários farão sem dúvida todos os esforços possíveis para terem acesso à instrução, nas condições materiais em que se encontram presentemente. Mas, sem se deixarem levar pelos cantos de sereia dos burgueses e dos socialistas burgueses, concentrarão antes de mais nada todos os esforços sobre a grande questão da sua *emancipação econômica*, que deverá ser a origem de todas as outras emancipações.

(L'Egalité, N. 31, 21 de Agosto de 1869)